

O complexo sebastianista no comportamento político

José Enes*

Há uma permanente ligação entre o discurso legitimativo da soberania do Estado e o messianismo político, entendido como crença na missão de transcendência histórica dos Estados e dos indivíduos que os personificam. Nas sociedades em que os Estados professam uma religião ou estatuem a legalidade das profissões religiosas ou as favorecem, a ideologia messiânica é de natureza religiosa. Naqueles em que a laicização da cultura permitiu a elaboração de ideologias políticas não religiosas ou mesmo anti-religiosas, então aquelas ideologias utilizam teorias filosóficas que tomam possível a fundamentação da crença messiânica. Assim aconteceu com a Revolução Francesa e o racionalismo iluminista, com a Revolução Russa e o materialismo dialéctico, com o nazismo alemão e as teorias da superioridade cultural e rática do povo alemão de A. G. Schlegel e de Fichte, a filosofia da história de Hegel e a filosofia da vontade do poder de Nietzsche.

Mas mesmo nestes povos em que as classes políticas adoptam discursos laicos messiânicos, a população na sua maioria continua a usar a legitimação religiosa da sua nacionalidade e do seu Estado. É o caso, aliás, de todos os Estados europeus e das religiões cristãs, católica ou protestante.

Ora este messianismo político legitimativo do Estado soberano, quer a nível da estratégia de soberania e de actuação dos órgãos estatais, quer a nível dos sentimentos, dos juízos e das acções dos indivíduos e das multidões, assume a estrutura e o dinamismo de um *complexo comportamental*.

O complexo comportamental

No caso português, o rei D. Sebastião desempenhou um papel singular em relação ao discurso legitimativo de Portugal como Estado soberano. E a razão desta singularidade reside nas condições de extrema crise nacional em que se deu o seu nascimento e aconteceu a sua morte. Neto, por linha varonil, de D. João III, D. Sebastião era, segundo a lei dinástica, o único fundamento para a independência de Portugal.

* Catedrático da Universidade dos Açores.

As sucessivas mortes dos herdeiros do trono traziam inquieto o nacionalismo do povo português. A morte prematura do príncipe herdeiro D. João Manuel, 8.º filho de D. João III e pai de D. Sebastião, lançou a sombra da fatalidade sobre a expectativa do seu nascimento. D. Sebastião foi o *Rei Desejado*.

Disputaram, entre si, a orientação da educação e da política do futuro monarca as «duas forças políticas rivais, que agiam como superestruturas da sociedade portuguesa, representadas, respectivamente, por Pedro de Alcáçova – símbolo da alta burguesia estatal, em aliança com a principal burguesia – e por Lourenço Pires de Távora – o símbolo da primeira nobreza do reino, que, desde D. Afonso V, tinha lutado pela supremacia, em oposição a certas forças nascentes com a expansão. Graças à política hábil deste último, antigo embaixador em Castela e Roma, que entretanto se alia a D. Álvaro de Castro, (venceu) a facção que lutava pela regência do Cardinal».¹

As Cortes de 1562-1563, representando um momento de equilíbrio entre aquelas duas forças, traçaram as directrizes de governo a que D. Sebastião sempre foi fiel. Era natural que nestas directrizes se reflectissem a ideologia oficial de cruzada contra os mouros e de triunfalismo cristão, mais a jeito das aspirações e dos interesses da facção vitoriosa e mais motivadoras dos poetas e historiadores que também quiseram participar na formação da personalidade do jovem rei.

O projecto da conquista do norte de África fazia parte daquelas directrizes e era formulação conjuntural da ideologia integradora da mentalidade nacional, feita nos púlpitos, nas escolas, nas alocuções de ocasião e nas obras literárias.

O professor Sales Loureiro sintetiza a perspicaz e reveladora historiação que faz da simbiose entre a personalidade de D. Sebastião e a sociedade portuguesa com este sugestivo quadro:

D. Sebastião é desta forma, e em certa medida, o produto de uma colectividade que assim o queria que assim o desejava - como resposta a sucessivas crises nacionais. Mas o rei não era apenas isto: considerado pela mentalidade da época um ser providencial, o futuro reservava-lhe uma missão da maior transcendência.

Dir-se-ia que a colectividade nacional, descrente de si própria, consciente das suas carências e defeitos, necessitava de projectar em alguém, que simbolizasse as melhores virtualidades da grei, as ideias de predestinação e de redentorismo, que poderiam propiciar a política de viragem, indispensável à consagração do país. Temos assim já perante nós uma sociedade profundamente e a todos os títulos, sebastianista.²

Estão assim esboçados os traços mais característicos do primeiro modelo do

complexo sebastianista.

Na sua condição originária é uma matriz do comportamento colectivo. Tece-se na relacionalidade social ao âmbito da Nação. O núcleo da espontaneidade psíquica é o sentimento do orgulho nacional e o primeiro momento de emanação desenvolve-se na consciencialização das melhores qualidades que o fundamentam e alimentam. O segundo momento preocupa-se, na consciência da situação conjuntural, com a opção hermenêutica de um projecto de engrandecimento da personalidade colectiva. O terceiro angustia-se com a apercepção avaliadora do empreendimento e da capacidade e recursos para o realizar. O quarto apoia-se no discurso de legitimação ideológica da soberania para encontrar no sobrenatural o suplemento de energia e de meios. No quinto momento, o orgulho nacional e a crença messiânica ufanam-se e tranquilizam-se na devoção e fidelidade ao personagem, que de Deus recebeu o poder soberano e a missão do seu projecto histórico. Finalmente assume-se no resolutivo acatamento das suas decisões.

A mais bela expressão, tanto da atitude assumida pelo povo português sob o impulso deste complexo sebastianista, como do discurso de legitimação da soberania do Estado português, originariamente elaborado no arranque da reconquista cristã da Península, foi-nos legada por Camões na dedicatória dos *Lusíadas* a Dom Sebastião (I, 6-18) e na exortação final que lhe dirige (X, 146-156).

Trata-se de um complexo simultaneamente de superioridade e de inferioridade; mas, na sua estrutura mais nuclear, é um complexo religioso. Os momentos em que a contingência histórica nele se insinua e contamina do carácter aleatório do acontecer são, principalmente, a hermenêutica da conjuntura, a avaliação da capacidade executória e a confiança no sobrenatural como factor decisivo.

Vitorino Magalhães Godinho, na genial interpretação da conjuntura histórica em que se situa o reinado de D. Sebastião, exarada no ensaio *1580 e a Restauração*, formula a tese, numerosa e dissertadamente documentada, de que «1580 é muito mais um ponto de chegada do que um ponto de partida: não será excessivo dizer-se que consagra dinasticamente a viragem de estrutura de meados do século».³

O abandono de alguns presídios-portos de Marrocos, o declínio do ouro da Mina, a ascensão do açúcar de São Tomé e do Brasil, que vai dominar a economia mundial durante um século, a utilização de Angola como reservatório de escravos para as fazendas e os engenhos do Brasil, a recuperação dos tratos levantinos foram factores novos que fizeram com que o império, conquanto permanecesse oriental, por um lado, se tornasse sul-atlântico, por outro. Enquanto «o afluxo em massa de prata mexicano-

peruana a Sevilha favorece o renovo mediterrâneo e firma a hegemonia espanhola ... a rota do Cabo absorve quantidades crescentes desse metal precioso ... Assim a ligação com Antuérpia enfraquece, do mesmo passo que se estreitam os laços com os empórios andaluzes e outros mercados na própria Península. Navios portugueses andam ao frete entre portos espanhóis ou na exportação espanhola ... A articulação Lisboa-Sevilha é que comanda de oravante o tráfico do caminho marítimo para a Índia - as naus que desaferram do Tejo levam cada vez em maior número os apetecidos *reales* argênteos. Mas há que contar com a nova concorrência da carreira do galeão de Acapulco a Manila ... Tudo isto põe o problema do acesso dos Portugueses aos tratos das Índias de Castela (Ocidentais) e da interligação económica entre Portugal e a Espanha. Demais, um e outro enfrentam agora adversários comuns - Franceses, Ingleses, em breve Holandeses -, e isso leva à acção conjunta das marinhas espanhola e portuguesa».⁴

Neste novo contexto a burguesia portuguesa de pequeno, médio e grosso trato prospera, enquanto o Estado cada vez mais se sobrecarrega e acanha com dívidas e uma gestão menos rentável. Por sua vez o clero e a nobreza pendem para onde o lucro se origina e se assegura. São resultâncias estruturais, de cuja inflexão ou suspensão não assomava nenhum indício, e tendiam para uma recíproca ligação entre o império português e o espanhol. Na hipótese fatal de o Rei morrer sem deixar herdeiro ao trono, aquelas tendências constituiriam uma forte predisposição favorável à usurpação da coroa portuguesa por Filipe II. No caso de haver herdeiro natural ao trono português, a união dinástica seria destituída de vigência histórica.

O Rei, a facção conservadora da alta nobreza, os jesuítas – antes da catástrofe de Alcácer Quibir -, os ideólogos de vocação, como os pregadores e os poetas, não tiveram o senso dos vectores conjunturais da historização. Nem se aperceberam do obstáculo que levantaria, à preparação e à disciplina da guerra, a corrupção que eles próprios se propunham combater e sanar.

Funcionou o complexo sebastianista, provocando a ruptura entre o discurso legitimativo e estratégico da soberania e a realidade histórica do país.

Sebastianismo originário

Após a catástrofe de Alcácer Quibir, a nobreza, a burguesia e o clero ajeitaram-se às conveniências da união dinástica. Só o povo permaneceu firme no seu nacionalismo e foi a partir dele que se elaborou o mito do regresso de D. Sebastião para libertar Portugal da dominação espanhola. Foi a este mito que se deu o nome de

Sebastianismo.

As crenças milenaristas, de ascendência hebraica e joaquimita, ainda então em voga na Europa, forneceram a conceptualidade e a imagética, através, sobretudo, das célebres *Trovas do Bandarra* que desde 1540 circulavam manuscritas.⁵

Na sua forma dialéctica, o mito do Encoberto, aplicado a D. Sebastião, adquiriu a estrutura de um discurso ideológico de legitimação da soberania do Estado português, o qual se relaciona com o discurso oficial nos termos de um desvio heterodoxo, tal como as crenças milenaristas com a doutrina ortodoxa do Cristianismo. Na sua vivência originária, o sebastianismo funcionou como um discurso de resistência, legitimativo da soberania *de direito*, cujo exercício de *jactō* era impedido pela violência estrangeira. Popular de início, vai sendo assumido pela intelectualidade portuguesa à medida que surgem as condições históricas favoráveis e conducentes à Restauração. Após esta, o sebastianismo é reelaborado pelo padre António Vieira no sentido de confirmar, mediante a adaptação do milenarismo de Joaquim de Fiore, a legitimação de Dom João IV e a soberania portuguesa, contra as pretensões de Espanha. Esta utilização política não invalida, antes supõe, a sinceridade da crença milenarista nos seus teóricos, um considerável número de adeptos e bem assim a sua aceitabilidade nos círculos diplomáticos. Boxer, ao historiar o Sebastianismo, lembra «o Major-General Thomas Harrison e os seus homens da Quinta Monarquia que acreditavam que a Inglaterra estava destinada a desempenhar o papel que Vieira atribuía a Portugab».⁶

O modelo sebastianista de Vieira, aplicado a diversos monarcas ou príncipes, continuou a ser reelaborado em diversos centros do Império até meados do século XVIII.⁷ Considerado como complexo comportamental, não difere do modelo acima delineado.

As invasões francesas fizeram ressurgir o Sebastianismo em discursos mais conformes com o modelo originário. Esta conformidade radica-se no facto de todas essas elaborações ideológicas nascerem de ameaças conjunturais à soberania portuguesa e da consciência cada vez mais aguda da dificuldade intransponível em acompanhar o ritmo histórico da Holanda, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América do Norte. Países estes que sucederam a Portugal e à Espanha como impérios mundiais e em cujo confronto a consciência portuguesa sente a angustiada necessidade de encontrar, na a percepção hermenêutica de si mesma, o fundamento da sua identidade e da missão histórica de Portugal como Estado soberano.

Se de entre os discursos que tiveram esta gênese e, por semelhança de estrutura dialéctica, podem ser referenciados à matriz do sebastianismo popular de resistência à fusão com a Espanha, alguns há que cedem à facilidade imaginosa de uma *mitografia* com pretensões a filosofia, outros têm construído obra hermenêutica tão penetrante na historicidade portuguesa e tão criativa de linguagem reveladora da sua trama e do seu sentido que a análise estrutural deles excede os objectivos e os limites desta inicial reflexão.

Aqui tento descobrir e esboçar a estrutura nuclear do discurso sebastianista, induzido pelo trauma da perda da independência, a fim de nele detectar os vectores da dinâmica comportamental. Para este intuito me socorro de textos de Eduardo Lourenço, inventor de um discurso hermenêutico da história e cultura portuguesas tão denso de sentido, intuitivo de perspicácia, prenhe de sugerência e integrativo de uma vasta documentação assimilada, tão reconduzido às matrizes da nacionalidade portuguesa, que a sua obra é como que «o *labirinto da saudade*» que nos conduz à mais originária intimidade da nossa memória.

Segundo Eduardo Lourenço, nos sessenta anos de dominação filipina, o povo português, «nas camadas populares ou nas que estão mais próximas delas», vivendo o humilhante confronto com o usurpador da soberania, havia feito uma experiência que permitiu

... que nos descobríssemos às avessas, que nos sentíssemos na carne que éramos (também) um povo *naturalmente* destinado à *subalternidade*. Esta experiência constituiu um *segundo traumatismo*, de consequências mais graves que o primeiro.⁸

O primeiro fora o da independência. Para Eduardo Lourenço, o nosso surgimento como Estado foi do tipo *traumático* «e desse traumatismo nunca na verdade nos levantámos até à plena assumpção da maturidade histórica prometida pelos céus e pelos séculos a esse rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer, e misteriosamente forte para ousar subsistir».⁹ O discurso legitimativo da soberania que deu vigência histórica, através da inextricável – e por isso, misteriosa – teia da história, àquela subsistência foi o mesmo que acima delinee como *primeiro complexo sebastianista*. A justeza de tal denominação transparece no facto de a aplicação que dele fez D. Sebastião pôr a descoberto o seu dinamismo accional!. Na verdade, aquele primeiro complexo outra coisa não é se não o próprio discurso do Estado português, ideológico e legitimativo da sua soberania e da sua governação na paz e na guerra. Apoiado na fé cristã e na própria vontade de poder, tal complexo é simultaneamente de *superioridade* e de *inferioridade*, «de fanfarronice e humildade, de imprevidência

moura e confiança sebastianista».¹⁰

Superioridade, em *recusar ser a pequena nação que era* e em acreditar na infalibilidade da protecção divina; inferioridade, em nunca se *poder convencer que se transformara em grande nação* e em reconhecer a sua falta de forças que a ajuda divina supre.

A respeito destes dois complexos de superioridade e inferioridade, Eduardo Lourenço com perspicácia nota:

É por demais claro que ambos cumprem uma única função: a de *esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser historiador em estado de intrínseca fragilidade.*¹¹

O fracasso da sua aplicação sebastianista pôs a descoberto o carácter aleatório da fórmula, a estrutural contingência do acontecer, e o inevitável risco de toda a projecção histórica.

Só que no caso português há desde as origens uma manifesta desproporção entre a grandeza e o alcance dos projectos e os meios disponíveis para a sua execução. A nossa história conta vários outros processos, mas nenhum teve o carácter de supremo risco para toda a Nação, para a inteira personalidade do Estado soberano.

A falência da fórmula, atingindo o todo, vai-lhe retirar a ilusão da sua infalibilidade. E esta desilusão é uma componente da experiência da *natural subalternidade*. De ambas ninguém ficou incólume.

Eduardo Lourenço frisa a diferença entre a classe dirigente e as camadas populares com respeito à ligação entre o *vínculo natal* e os deveres de «Estado»¹². Vitorino Magalhães Godinho também reporta o testemunho do correspondente dos Fugger sobre a normalidade dos negócios e da vida social, tanto após a derrota de Alcácer Quibir como depois da fusão dinástica.¹³

Todavia a hermenêutica de Eduardo Lourenço é indicativa de uma transcendência de condicionamento comportamental, conciliável com as modalizações dos diversos contextos sociais. Ninguém ficou intacto, nem mesmo os que não viveram aquela experiência. Nem mesmo nós.

Ora o traço mais constitutivo da experiência da *subalternidade* é «a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e essa carência é *real*»¹⁴; «aprofundámos então sobretudo a nossa 'dificuldade de ser', como diria Fontenelle, a histórica dificuldade de subsistir com plenitude política».¹⁵ A esta constatação sofrida, embora não consentida, da própria pequenez e incapacidade de readquirir a grandeza

perdida, responde a recusa da negação da própria identidade. Só que esta recusa só é viável mediante o regresso mnésico que integra cada momento da personalidade finita reconduzindo-o ao momento onde tudo começou e projectando-o para o momento onde tudo acabará. Este esquema da analítica existencial heideggeriana mostra-se, como se vê, particularmente fecundo para a compreensão do fenómeno sebastianista.

O carácter traumático do aprofundamento da dificuldade de ser, da histórica dificuldade de subsistir com plenitude política, intensifica o regresso mnésico ao momento originário e atenua a projecção futurante.

... tornou-se então claro que a consciência nacional (nos que a podiam ter), a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, *era o termos sido*.¹⁶

Esta inflexão impulsiva na direcção do passado do processo mnésico de auto-identificação torna-se *obsessão* por fixação da «consciência delirada da fraqueza nacional»:

O viver nacional que fora quase sempre viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia de força do presente, *orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial, obsessiva, do passado*.¹⁷

Lapidariamente Eduardo Lourenço pôde sintetizar:

Nesses sessenta anos o *nosso ser profundo mudou de sinal*.¹⁸

Temos assim um delineamento sugestivo do segundo complexo sebastianista, que Eduardo Lourenço reproduziu em trabalho recente, sempre com interessantes achegas das quais se destaca o paralelismo estabelecido entre Portugal e o povo judaico.¹⁹

Finalizando, podemos agora esquematizar: o núcleo de espontaneidade é constituído pela natural paixão nacionalista, pela angústia da experiência da subalternidade, integrada pela frustração da perda da soberania e pela consciência da fraqueza nacional. O primeiro momento de emanação desenvolve-se no sentido de recusa da aceitação. O segundo momento procura a confirmação mnésica da própria identificação com o momento originário e os momentos mais altos do passado - *momentos* ou *horas solares*.²⁰ O terceiro momento congemina substitutos, utópicos e oníricos, do discurso oficial de legitimação da soberania e da sua missão histórica.

Os momentos subsequentes, que se exteriorizam no comportamento político, são condicionados pelos anteriores, com forte probabilidade, em três possíveis sentidos:

ou o passivismo da aceitação abúlica da incapacidade portuguesa, como se fosse congénita, para atingir os níveis de vida dos países mais desenvolvidos; ou a fuga para o devaneio utópico como substituto da realidade; ou a utilização irracional do discurso utópico de legitimação na actuação política do Estado. Este último seria o mais perigoso. Os outros dois afectam directamente os indivíduos, induzindo, na medida da sua generalização, a caracterização mais ou menos epocal, conjunturalmente acentuada, do povo português. E assim afectarão também indirectamente o Estado.

A consequência mais específica decorrente de tal afectação seria a estratégia de isolamento no espaço das relações internacionais, a qual teria a contrapartida da marginalização – o *seu lado «ilha» sem o ser* – apostilha em outro lugar Eduardo Lourenço.²¹

Os vários sebastianismos, reduzíveis ao segundo esquema, têm vindo actuar quase como que em contraponto ao discurso oficial do Estado, que por sua vez até agora tem reproduzido sempre o esquema do primeiro complexo sebastianista, mesmo quando deixou de usar a ideologia cristã da Reconquista e da Expansão.

Liberalismo e Antero de Quental

A revolução liberal alterou, de facto, o discurso tradicional da legitimação ideológica do Estado português. O seu fundamento deixou de ser a predestinação divina para o desempenho de uma missão singular na história da salvação cristã da humanidade. Apesar de os reis de Portugal continuarem a assinar que o eram *por graça de Deus* e de as constituições monárquicas haverem mantido o estatuto da Igreja Católica Romana como religião *da Nação* ou *do Estado*, por outro lado, já decretavam que a autoridade do Rei e todos os poderes provinham e emanavam da Nação e que sobre ela residia essencialmente a soberania (Constituição de 23 de Setembro de 1822 e de 4 de Abril de 1838). Não obstante a Constituição de 1822 ainda exordiar «em nome da Santíssima e Diviníssima Trindade», aquela fórmula continha os princípios de uma ideologia laica, inspirada pelo racionalismo iluminista e pelo formulário da Revolução Francesa e do Estado napoleónico. Tal discurso ideológico veio-se emancipando da ideologia católica ao longo do século XIX, até atingir a radicalidade do racionalismo carbonário do discurso republicano.

O vexame nacional das invasões francesas e a independência do Brasil abalaram, com trágica violência, o nacionalismo do povo português e excitaram de novo o receio da perda da soberania. E esta trágica consciência da estrutural impotência da Nação

portuguesa para se organizar como Estado independente aguça-se ao longo do século XIX e atinge o momento de racionalizada indiferença no iberismo de Antero de Quental: «Ora eu sustento que, entre as realidade eternas da natureza humana, de um lado, e, do outro, a criação artificiosa e antiquada da política, não há que hesitar. Se não é possível sermos justos, fortes, nobres, inteligentes, senão deixando cair nos abismos da história essa coisa a que já se chamou *nação portuguesa*, caia a nação, mas sejamos aquilo para que nos criou a natureza, sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens, muito embora deixemos de ser portugueses ... ».²³

O estoicismo senequiano de tal resolução firmava-se na miragem reformadora da União Ibérica, segundo o modelo da República Federal, preconizada em Espanha por Castelar, Pi y Margal e pela maioria das constituintes saídas da Revolução. Corria o ano de 1868. Mais tarde Antero confessaria, na carta autobiográfica endereçada a Wilhelm Stork, que aquele projecto havia sido «uma grande ilusão, da qual porém só desistiria (como de muitas outras desse tempo) à força de golpes brutais e repetidos da experiência. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas cousas da sociedade».²³

Em 1890, já também depois da experiência das Conferências do Casino, o sismo político do *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro erige Antero a presidente, eleito e incontestado, da Liga Patriótica do Norte. O discurso com que ele a interpretou e programou constituiu um alto momento de pensamento político e de responsabilidade Cívica na história de Portugal. Antero não alterou a sua concepção crítica sobre a sociedade portuguesa. Tal como em 1868, mantinha a clara noção da falência estrutural de Portugal como Estado soberano. Só que no fundo da sua personalidade ecoara o rebate da sua identidade e da solidariedade nacional. De forma mais precisa ele diagnostica a situação política e nela vê com mais clareza a morbidez estrutural que afecta a Nação portuguesa como Estado. Por outro lado, porém, a conjuntura pusera a descoberto a condição mais fundamental para um povo se assumir como Estado soberano, ou seja: a consciência e a *vontade* de o ser. Antecipando o que proclamaria na sessão de 7 de Março da Liga, escrevia em Fevereiro:

Há no grande movimento nacional, que começou no dia 11 de Janeiro, um elemento afirmativo, que é a *intensa paixão patriótica* do *povo português*, e um elemento negativo, o descrédito das nossas instituições políticas, das práticas de governo e dos homens governantes²⁴.

Referi com algum pormenor estas duas actuações de Antero de Quental por duas razões. A primeira é que elas formam um bom exemplo do modelo comportamental

que penso pode ser designado por «complexo sebastianista». Com efeito, Antero, por um lado, avalia com lucidez a inadequação orgânica e funcional do Estado em relação à realidade social do povo português e à correcta inserção de Portugal no sistema internacional e nos vectores da evolução histórica, sublinhando a incompetência, a impreparação e a imoralidade da classe política. Por outro lado, descobre e exalta o arraigado, generoso e heróico nacionalismo do povo português. O problema estrutural do Estado português residia neste divórcio entre o Estado e o povo. Este problema estaria na origem de todos os outros problemas que afligiam a Nação: os económicos, os sociais, os culturais. Antero visiona, na conjuntura criada pelo *Ultimatum* inglês, uma oportunidade histórica, quiçá única, para tentar a solução. Pensa ser-lhe possível transformar a Liga Patriótica do Norte numa organização permanente e suprapartidária, idónea para exercer a mediação entre o povo e o Estado, por um lado, interpretando, disciplinando e orientando aquele, e, por outro, informando, condicionando e, quando necessário, compelindo este a corresponder às aspirações, necessidades e desígnios da Nação portuguesa. Seria desta arte que Antero propunha levar a cabo não só a elaboração mas também a execução do projecto nacional do Estado português:

... A *Liga*, filha da opinião pública, e inspirando-se nela, devolverá à sua inspiradora o seu próprio pensamento refundido, tornado claro, consciente e prático. Todos os alvites que a opinião popular sugira serão aqui estudados, revestidos, completados. Deles sairá um plano de emancipação económica, de restauração das forças produtoras, de levantamento do nível intelectual e de garantia e defesa da integridade nacional, plano de ordem, de justiça e moralidade sociais, que significará, ao mesmo tempo, a emenda dos passados erros e a esperança dum futuro em que Portugal retome entre as nações civilizadas um lugar digno das suas nobres tradições. Esse plano terá por certo a adesão do país, que verá nele a expressão consciente do seu pensamento e das suas necessidades. A nação fá-lo-á seu e saberá impô-lo aos governantes.²⁵

Contar com o seu poder carismático, acreditar na persistência da exaltação nacional, prever a eficácia da função mediadora entre, por um lado, uma população desinformada e inexperiente das questões políticas, incapaz de entender as suas necessidades de cultura e de organização económica e política, e, por outro lado, as diques partidárias organizadas e treinadas para o usufruto e escamoteia do aparelho estatal, eram, com certeza, componentes da actuação política adequada à conjuntura e ao êxito da incumbência honorificamente confiada e generosamente aceite.

Na intimidade do seu espírito, lúcido e experimentado, Antero não só duvidava do

milagre carismático mas sofria já a amarga certeza do fracasso. A confiança e o apelo dirigidos em carta a Jaime de Magalhães Lima são um impressionante testemunho daquele estado de ânimo:

... O que se vai passar em Portugal é seríssimo. Faça cada um o seu sacrifício no altar da Pátria. Eu sacrifico a minha saúde, que naufragará de todo no meio disto, e muito provavelmente o meu nome, que antes de seis meses estará manchado. Não importa. Quero sacrificar a vida, e morrerei contente se tiver vivido seis meses ao menos da verdadeira vida de homem que é a da acção por uma grande causa. O Jaime fará também à Pátria e ao Bem o seu sacrifício.²⁶

E, no entanto, ele decidiu avançar com denodo e entusiasmo, como se tudo estivesse previsto, como se pressentisse a incidência de uma boa estrela ou no seu espírito subsistisse a esperança de uma improvável surpresa. Ou seria a possessão catártica do actor trágico a dar, na celebração cénica, vigência histórica aos factos que sabidamente nunca o seriam, mas, se o fossem, dariam à história o sentido certo?

Ora esta é uma das componentes do modelo sebástico de actuação política. É a *redenção dos pecados políticos* e a *salvação política* dos povos através do *fracasso político* dos heróis que sacrificam o seu nome, a sua saúde e a sua vida a projectos utópicos, improvisados e contrários, nas suas desastrosas consequências, aos objectivos propostos.

Embora com outras dimensões, reproduzem o modelo de Alcácer Quibir.

A outra razão de me ter detido em Antero de Quental é ter sido ele quem já no findar do século XIX alcançou o momento mais conseguido na elaboração de uma ideologia que poderia ter fundamentado e dinamizado a dialéctica de um novo discurso legitimador e padronizador do Estado português no seguimento da revolução liberal.

Na obra de Antero de Quental existem, de facto, as noções nucleares de uma filosofia da história de Portugal e de uma teoria do Estado português, apesar de alguns erros de interpretação histórica, da divergência das fontes de inspiração e do estado de inacabamento em que o seu desenvolvimento ficou.

Como homem de acção, Antero considerou-se a si próprio, na carta *autobiográfica* a Wilhelm Stork, um pequeno Lassale:

Consumi muita actividade e algum talento, merecedor de melhor emprego, em artigos de jornais, em folhetos, em proclamações, em conferências revolucionárias: ao mesmo tempo que conspirava a favor da União Ibérica, fundava com a outra mão sociedades operárias e introduzia, adepto de Marx e Engels, em Portugal a Associação

Internacional dos trabalhadores. Fui durante uns 7 ou 8 anos uma espécie de pequeno Lassalle, e tive a minha hora de vã popularidade.²⁷

Na verdade, porém, Antero foi, durante toda a sua vida, com períodos de depressão e de menor envolvimento, um homem de pensamento e de acção. Viveu-a de tal arte que se alcandorou ao mais alto grau de honestidade cívica, de dedicação desinteressada e de devoção impoluta à causa da Pátria e ao bem da humanidade. Ele foi, sem contestação, o proclamado chefe da denominada Geração de 70, de todas a mais talentosa e a mais consciente da trágica marginalização histórica do Estado português. Ele foi admirado e amado como o «Santo Antero». Até mesmo na morte, no premeditado suicídio, na ilha natal, sentado num banco de praça pública por debaixo de uma *âncora* e da palavra *esperança*, esculpidas no muro do convento que dela tomou o nome. Em Lisboa os jornais anunciaram, em caixa alta: *Morreu o Santo Antero*.

Antero, tanto no ardor das Conferências do Casino como no sacrifício e desencanto da Liga Patriótica, esteve sempre responsabilmente convicto da transcendência histórica e do carácter religioso da sua obra. Era a convicção expressa a Jaime Magalhães de Lima em ,Fevereiro de 1890, como acima referimos a propósito da Liga Patriótica; a qual só na formulação diferia da carta escrita a Manuel Sardenha no ano das Conferências do Casino:

Nós os adeptos e iniciados da Nova Lei da Justiça humana e social, formamos uma irmandade, uma como ordem religiosa espalhada pelo mundo; mas, separados pelo espaço, em espírito estejamos unidos, e por isso devemos ser como irmãos. Somos hoje a Ecclesia pressa dum novo cristianismo, que em breve triunfará; sim, mais breve do que se julga e talvez em nossos dias ainda. Más, tarde ou cedo, basta-nos saber que o seu triunfo é seguro, para estarmos descansados, porque temos a certeza que a justiça é inevitável como uma Lei do Universo, e é isso o essencial.²⁸

Na última assembleia da Liga Patriótica, ao demitir-se de presidente, pondo termo à que foi a sua derradeira aventura política, segundo o testemunho de Luís de Magalhães, profetizava ainda: «A lição ainda não foi bastante dura. Outra virá, mais dolorosa e cruel. Será esse o momento da acção».²⁹

Só que para Antero a acção nunca seria a violência da revolução armada. O seu modelo revolucionário era o do cristianismo primitivo, traduzido agora na linguagem laica do socialismo proudhoniano. Embora o houvesse ilustrado com a exemplar eficácia da Revolução Francesa, Antero nunca adoptou nem consentiria que sob a sua chefia os seus correligionários adoptassem «as práticas revolucionárias daqueles anos

terríveis mas gigantescos de 89 a 99».³⁰

Antero pensava como um político, mas sentia e actuava como um apóstolo. A sua teoria era política; a sua estratégia era religiosa. E este é um traço comportamental sebastianista.

República de 1910

A República de 1910 reclamou-se do pensamento anterior; em contra partida, porém, não se limitou à acção política. Os revolucionários que a implantaram deram prioridade à guerra ideológica, como se a destruição da religião católica pela violência equivallesse à transformação das estruturas mentais e religiosas do povo português. E como se desta transformação derivasse automaticamente a solução dos problemas políticos do Estado português.

A 2 de Março de 1911, Afonso Costa, ministro da Justiça, anunciando a *Lei da Separação*, de 20 de Abril, entre a Igreja e o Estado, e animando os seus confrades em sessão magna da Maçonaria, profetizava: «está admiravelmente preparado o povo português para receber essa lei e a acção da medida será tão salutar que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo, que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu».³¹

A mais de um século de distância histórica, a República integrava e adoptava, na sua actuação política, o programa voltairiano dos deístas franceses que fizeram do anticlericalismo o seu programa único, acreditando ser o anticlericalismo suficiente para reformar os governos, tornar as sociedades perfeitas e conduzir à felicidade.³² Do mesmo golpe se aplicavam em Portugal, imitando a Revolução Francesa, as medidas estatais de laicização organizada.

O fanatismo religioso de tal actuação e o irrealismo do juízo sobre a preparação do povo revelam a amplitude do anacronismo histórico e do divórcio entre a classe política, que se apoderara do Estado, e a realidade da sociedade portuguesa.

Estes são também traços comportamentais do complexo sebastianista.

Ora, tal como acontecera antes da Revolução Liberal, paralelamente à nova ideologia do Estado português e também sob o estímulo da incapacidade governativa e da persistente marginalização histórica do país, vieram surgindo, com particular intensidade para o fim do século XIX e princípio do xx, novas tentativas de elaboração ideológica tipicamente sebastianistas. Machado Pires classificou-as sob o título geral de «o Sebastianismo como tema literário»³³. É todavia evidente que sob tal

designação se incluem discursos que, utilizando diversos géneros literários, são autênticas elaborações ideológicas de modelo sebastianista. Assim o entende aquele autor, com a sua perspicaz e ordenada clareza, a respeito de Afonso Lopes Vieira e de Fernando Pessoa. Idêntica interpretação se há-de dar outros sim a Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, António Sardinha e ainda outros. Mas estas novas teorias messiânicas já se não originam apenas, com excepção de Manuel Cláudio³⁴, na crença milenarista do Quinto Império, entendido como desvio herético do Catolicismo. A influência do messianismo alemão, romântico e histórico-cultural, de A. G. Schlegel e de Fichte reflecte-se naquelas procuras hermenêuticas da personalidade cultural e da missão histórica do povo português, da sua alma e do seu pensamento. Em Fernando Pessoa, o seu génio aliou à interpretação histórica e cultural o profetismo astrológico de ascendência judaica e cabalística.

Quanto à maioria do povo português, cuja alma é cristã e católica romana desde os primórdios da nacionalidade, continuou, como sempre o fizera, a viver o seu nacionalismo à luz da sua fé, unindo a comemoração nacional à celebração litúrgica. O espírito e a forma de tal nacionalismo está maravilhosamente expresso no hino da Padroeira, a Imaculada Conceição, a quem D. João IV consagrou a Nação Portuguesa:

Salve Nobre Padroeira
Do povo teu protegido
Entre todos escolhido
Para povo do Senhor.

Oh! glória da nossa terra,
Que nos tens salvado mil vezes,
Enquanto houver portugueses
Tu serás o seu amor.

Nestes versos se expressa a doutrina providencialista que atribui aos Estados, como aos indivíduos, uma missão singular no plano universal da salvação. Não sendo uma crença sebastianista, predispõe, no entanto, em conjugação com a paixão nacionalista natural a todos os povos, para a interpretação miraculista da história e para a atribuição de missões providenciais aos Estados e aos seus chefes políticos.

Por outro lado, a perseguição republicana ocasiona a reforma e o afervoramento da Igreja Católica em Portugal e as denominadas «aparições de Fátima» constituíram um acontecimento religioso que relançou Portugal, no contexto histórico do século XX, a uma nova missão mundial agora de natureza especificamente religiosa. A alusão à

conversão da Rússia e o intrigante «segredo de Fátima», que fazem parte do corpo da mensagem das «aparições»³⁵, as grandiosas e persistentes peregrinações nacionais e internacionais e os pronunciamentos da hierarquia católica têm sido factores daquela projecção mundial.

Estes acontecimentos confirmaram, na consciência cristã do povo português, a convicção de Deus haver escolhido Portugal para o desempenho de um papel de transcendente importância na história da salvação cristã.

O Estado Novo

A Revolução de 28 de Maio de 1926 inaugurou um novo regime político, que soube aproveitar as condições favoráveis à restauração do discurso ideológico anterior ao Liberalismo.

Embora a Constituição de 1933 haja mantido, em consonância com a historicidade vigente, a fundamentação da soberania em a Nação (Art. 71º) e não tenha restituído à Igreja Católica o estatuto de *religião do Estado*, em dissonância com o que o regime franquista fez em Espanha, os «Acordos Missionários» (1928 e 1950) e a «Concordata» (1940) oficializaram aquele discurso. O Estado Novo reanimou e viveu com entusiasmo, até ao começo da Segunda Guerra Mundial, o espírito de cruzada da expansão da Fé e do Império. Faz sentido notar que Fernando Pessoa, que dera uma interpretação sebastianista à morte de Sidónio Pais, precisamente em 1934, na fase de ascensão do Estado Novo, quando Salazar assumira já a auréola do «homem providencial», leva ao concurso do SNI o poema *Mensagem*. É inevitável o paralelismo entre Camões a ler *Os Lusíadas* a D. Sebastião e Fernando Pessoa, que se considerava um novo Camões, o Super-Camões, a entregar ao Estado português a *Mensagem* profética de um novo Império.

O 25 de Abril

A derrocada económica e marginalização histórica que se seguiram à Segunda Guerra Mundial teriam o seu desfecho na decisão sebastianista da guerra do Ultramar. Foi uma obstinada decisão, contrária ao sentido da evolução histórica, tomada como se a guerra colonial fosse o único meio de salvar o Império. Desenvolveu-se durante 13 anos como um longo Alcácer Quibir, através de cujas vicissitudes o inimigo se introduziu nas nossas fileiras e ocupou postos de comando donde na hora azada daria ordens de suste e de abandonar já e depressa.

A Revolução de 25 de Abril, à curta distância a que ainda a podemos observar, apresentou dois movimentos revolucionários, não só não totalmente convergentes, mas até opostos e antagónicos nas suas metas finais. O primeiro foi o da descolonização; o segundo, o da democratização. O primeiro desencadeou-se com precisão e rapidez, dando evidentes mostras de uma estratégia, artilosa e habilmente elaborada e executada.

A guerra colonial foi um projecto de conservação do império destituído de vigência histórica e viciado por irracionalidades estruturais e erros de actuação bélica e política. A sua organização, a sua estratégia e a sua execução sofriam de incapacidade congénita em relação aos grandes objectivos propostos. Foi um projecto de modelo sebástico. Em contra partida, o projecto de descolonização, executado pela Revolução do 25 de Abril, foi um projecto realista, desenvolvido nas entranhas do primeiro, possibilitado pela inviabilidade histórica deste, e funcionou ao serviço das potências que o montaram e programaram como mecanismo de desmoronamento do projecto africano, o último que restava a Portugal. A maior catástrofe da nossa história, de proporções e de consequências muito mais amplas e profundas do que o desastre de Alcácer Quibir! Depois deste o Estado perdeu a soberania, mas o império sobreviveu e, passados 60 anos, também o Estado restaurou a sua independência. No 25 de Abril, o Estado conservou a soberania mas perdeu o império. E esta perda foi tão radical e tão súbita que o Estado, que havia cinco séculos se organizara para o império e dele vivera, se viu afectado por uma estrutural inadequação a qualquer imediato funcionamento.

As nacionalizações da banca e das maiores empresas enquadraram-se na estratégia de descolonização como estratagema de garantir a total ruptura das ligações do sistema económico com os novos países independentizados. Assim, estes ficaram na total dependência dos seus novos parceiros e donos; e o Estado português, com o trágico peso de meio milhão de *retomados*, ficou à mercê das forças políticas que, pela revolução, dele se haviam apoderado. A reformulação do Estado era a sua tarefa prioritária, sob pena de elas próprias sossobrem na aventura revolucionária.

E foi então que se revelou a total improvisação do movimento revolucionário da democratização. Aqui, o único projecto disponível era o do Partido Comunista, que elaborara e executara o projecto de descolonização ao serviço da estratégia do Pacto de Varsóvia. Sob tais signos, a democracia concebível era a democracia *popular*, fundamentada na doutrina marxista-leninista. E foi esta a primeira tentativa que alcançou o seu momento de aparente historicidade no quinto governo provisório. Adoptou-se então, como discurso de legitimação revolucionária do novo Estado, a

utopia marxista da vitória da classe operária, semanticamente multiplicada, como nos países pouco industrializados, pelas «classes trabalhadoras». Era claramente, no sistema internacional em que Portugal está integrado, um projecto utópico, de modelo sebastianista, destituído de vigência histórica.

O Partido Socialista e os partidos não marxistas, então improvisados – o Partido Social-Democrata (PPD-PSD) e o Centro Democrático Social (CDS) – foram as forças políticas que possuíam, naquela conjuntura política, a possibilidade de tentar a estruturação de Portugal como Estado democrático. Portadores de ideologias diferentes e antagónicas, envolveram-se, tanto no período pré-constitucional como no constitucional, em lutas ideológicas sobre os modelos da sociedade a implantar em Portugal. Nessas lutas são visíveis as gesticulações proféticas e utópicas das guerras de religião.

A Constituição de 2 de Abril de 1976, resultante de compromissos entre aquelas forças, com excepção do CDS, professa, logo nos 1.º e 2.º artigos, a sua fé no materialismo dialéctico segundo a formulação marxista-leninista, *declarando-se empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes* (Art. 1.º) e estabelecendo, como *objectivo último da República Portuguesa*, no seu estatuto de *Estado democrático, assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras*. (Art. 2.º).

Neste como noutros articulados, a Constituição, que na actual vigência política rege o Estado português, dá a este, como fundamento utópico, a doutrina marxista da sociedade sem classes que há-de vir para toda a humanidade *através do exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras*. O eufemismo ambíguo de *exercício democrático do poder* e de *classes trabalhadoras* mostra, por um lado, a debilidade estrutural do socialismo como estratégia do poder, em comparação com a ortodoxia marxista do Partido Comunista, e, por outro, a amplitude do fosso que a Constituição vigente abriu entre o Estado e o povo português.

Se o povo português de facto possui uma cultura cristã e, em cerca de 90 por cento da sua população, professa a religião católica, como poderá ele assumir o discurso marxista-leninista de legitimação constitucional da soberania que a mesma Constituição nele alicerça, usando ainda a fórmula *soberania popular*? Fica patente a equivocidade e a arbitrariedade do texto constitucional e o hiato de historicidade que o separa da personalidade histórica do povo português e do sistema cultural em que ela se formou e vive.

No horizonte de 150 anos que a Revolução liberal inaugurou, nunca as classes políticas haviam produzido um texto constitucional programaticamente tão utópico e estrategicamente tão sebastianista. Era natural que, no condicionamento político resultante, a actuação dos dois primeiros presidentes da República, dos sucessivos governos e dos partidos parlamentares viesse a ser contaminada pelos avatares que inspiraram e animam a ideologia e nomotética da Constituição.

Em tamanho desamparo histórico era de esperar que se angustiasses novas formas de sebastianismo utópico na procura de suportes misteriosos para a soberania do Estado português. E é notável a numerosa ensaística que se vem elaborando nas linhas de pensamento da filosofia portuguesa e da hermenêutica pessoana.

Heroísmo e catástrofe

Terminemos, entretanto, a nossa reflexão clarificando o que entendi significar por *complexo sebastianista* e formulando algumas conclusões possivelmente úteis para a compreensão do nosso presente nacional.

Exordiei referindo que o messianismo político é comum aos discursos legitimativos da soberania estatal. O Sebastianismo, na mesma medida em que assumiu a estrutura nuclear de tais discursos, deu origem a esquemas comportamentais também comuns a outros povos.

Até mesmo na forma típica do Sebastianismo mítico, era natural que existissem paralelismos estruturais com a experiência política daqueles que passaram por vicissitudes históricas também paralelas nos seus esquemas factuais. É o caso, por exemplo, da Polónia, não porto para a amplidão das rotas atlânticas, como Portugal, mas fronteira entre o oeste e o leste, sofridas vezes invadida e ocupada pelas potências confrontantes. O historiador e poeta polaco Alexandre Przedziecki escrevia, por volta de 1835, em francês e ao estilo de Victor Hugo, o drama romântico *Don Sébastien de Portugal*, insinuando com subtileza a analogia dos esquemas históricos de ambos os países na década de 1570³⁵.

No mundo português o Sebastianismo ganhou a eminência de signo e a exemplaridade de paradigma para a causalidade histórica do discurso e actuação políticos, enquanto lhes cabe, na intermeação dos outros discursos e actuações, integrantes da existência societal, a responsabilidade final da decisão destinante. Por outras palavras: o Sebastianismo foi o refinamento do esquema accional de como em Portugal os agentes políticos determinam o acontecer do curso da história. E esta generalização matricial resultou de o reinado de D. Sebastião ter levado a Nação

portuguesa ao supremo e inexcedível paroxismo de tentar extrair, dos seus tradicionais esquemas de actuação política, o golpe de sorte e de génio, o milagre, que salvasse intacta a grandeza imperial, precisamente no momento em que o Império se desmoronava.

O heroísmo expirou em catástrofe. Deste binómio – heroísmo e catástrofe – emanou a função de signo e de paradigma com que o Sebastianismo se referencia ao discurso e actuação políticos em Portugal.

Difícil será que a gestualidade da actuação de qualquer político português não seja referenciável aos esquemas comportamentais sebastianistas delineados. Até mesmo aqueles que tentaram libertar o povo português do vexame passa dista e anacrónico do Sebastianismo, ao fazê-lo nem a si próprios se libertaram do seu estigma. António Sérgio, por exemplo, que polemizou contra a teoria de Oliveira Martins sobre o Sebastianismo, ele próprio, após a sua conversão ao *transcendentalismo* kantiano, num momento de iluminação interior que ele comparou à recebida por São Paulo em Damasco, se consagrou apóstolo da conversão do povo português à nova mundividência da transcendentalidade kantiana, como único caminho para a solução dos problemas sociais, económicos e políticos. E projectava consegui-lo através de uma actuação pedagógica comparável à de Sócrates:

Eu não tenho senão que esperar. Esperar o *momento de iluminação* para os leitores na estrada de Damasco da reflexão filosófica, como me sucedeu em rapaz.³⁶

Esta analogia comportamental, porém, não significa sebastianismo, senão simplesmente *analogia entre esquemas comportamentais*. Só que de tal analogia também se seguem análogas consequências na vida política dos povos.

Penso que, na conjuntura actual da história portuguesa, dos complexos sebastianistas podem resultar alguns efeitos muito favoráveis. O primeiro é o acendrado nacionalismo daquela atitude que recusa a fatalidade do atraso histórico e da marginalização internacional. O segundo, e talvez o mais fundamental de todos, é o refinamento da procura hermenêutica do fundamento histórico da nossa soberania, que é o mesmo que dizer: da nossa missão histórica, do nosso projecto estatal, do nosso papel no mundo. Destas duas nascentes de emanação comportamental poderão jorrar energias e criatividade suficientes para resolver os problemas do isolamento e da integração internacional.

Ora a condição para que tal aconteça há-de desenvolver-se no sentido de aprofundamento do processo hermenêutico da consciência nacional, pela descoberta dos vectores significativos da trama da nossa historicidade. Este aprofundamento não

se realiza através da mitografia sonambulesca, de novos Bandarras a veresjarem profecias de Quintos Impérios que não têm mais sentido senão o do simbolismo autofágico.

A hermenêutica não é retórica poética. É a arte científica e filosófica de encontrar o sentido verificável da história. Por este caminho os portugueses encontrarão o que têm a fazer, hoje, no contexto internacional, tanto daqueles países para quem Portugal é matriz civilizacional, como para todos em geral, para quem Portugal é um parceiro com inteligência bastante para participar nas descobertas científicas e tecnológicas que processam o evoluir da civilização.

O que o Estado português tem a fazer para que tal aconteça é ser simplesmente Estado.

Ao longo da sua história, particularmente a partir dos fins do séc. XVI, o Estado português vem manifestando padecer de uma incapacidade estrutural para entender as realidades sociais do país, detectar os vectores de futuração das conjunturas e governar no sentido de promover a actualização científica e tecnológica da administração e da economia.

A causalidade deste fenómeno não é atribuível a instituições políticas e religiosas da sociedade portuguesa, em virtude precisamente da sua natureza global. A tese defendida por Antero de Quental, na sua famosa conferência sobre as «causas da decadência dos povos peninsulares», pode ser aceite como um discurso ideológico, impressionante pela eloquência, mas falho de fundamentação científica: as causas apontadas já não eram então verificáveis e o fenómeno continuou e persiste, enquanto respeita a Portugal. Na perspectiva actual da história, é mais verosímil entendê-lo como resultância da falta de quadros preparados para fazer face ao crescimento e às vicissitudes do Império, os quais, pela sua dimensão e emergência incontrolável, tornaram impraticável a sua preparação.

Talvez por causa de tal carência têm os quadros políticos do Estado usado o discurso ideológico como substituto dos discursos tecnológico e científico da administração pública. Ora resolver problemas administrativos, de natureza económica, organizacional e pedagógica com critérios ideológicos é, à partida, um pressuposto para a falência de uma política, entendida como ciência e arte de governo, ou seja, de organização e funcionamento do Estado.

Desta falência, Portugal não é o único exemplo tanto do passado como do presente. Há outros, muito mais gritantes pelos seus erros políticos e pelas conseqüentes desumanidades, tanto da Europa como de outras regiões da Terra.

O povo português, desde que o é, tem, como os outros povos europeus, a sua alma, a sua visão do mundo, a sua concepção de vida, a sua fé e a sua religião, e neles encontra a sua ética e a solução dos problemas transcendentais da existência e da história. Deixe o Estado à actuação específica das escolas, das confissões religiosas, dos pensadores e artistas, a elaboração ideológica de acordo com as leis da evolução da cultura; e especialize os seus quadros e as suas instituições políticas nas tecnologias e nas ciências integrantes das funções próprias da governação.

Adoptar outra estratégia política, na formulação constitucional, é manter o Estado português condenado à marginalização histórica sob o condicionamento de complexos comportamentais políticos de tipo sebastianista.

E, por fim, uma última consideração estratégica. O Sebastianismo vem de nascença ligado ao espaço internacional. Esta fixação, induzida pelo traumatismo da dominação espanhola, assumiu originariamente o complexo de hispanofobia. Antes, o povo português, o Estado e as classes políticas mantinham com a Espanha um relacionamento de recíproca hombridade e de superioridade, assumidas até na estratégia da conquista hereditária dos tronos. D. Afonso V e D. Manuel I alcançaram momentos de potencialização política de sentido inverso ao acontecido em 1580. Filipe II de Castela, ao sentar-se no trono português, adoptou os mesmos termos protocolares que D. Manuel já propusera para a salvaguarda dos dois Estados peninsulares sob a sua coroa imperial. Portugal soubera sempre usar a sua posição geo-estratégica para resistir, diversamente do que aconteceu com os outros reinos ibéricos, à força centrípeta de Castela. Os portugueses não haviam nunca dado o menor sinal de consciência de inferioridade, não só em relação a Espanha como a qualquer outro povo. Pelo contrário, a consciência da superioridade de Portugal como primeira potência verdadeiramente mundial, descobridora do Atlântico, iniciadora das rotas intercontinentais e transoceânicas, pioneira da ciência moderna, é agressivamente ostensiva na linguagem épica dos *Lusíadas*, na diplomacia, na historiografia e em obras científicas como *O Esmeraldo de Situ Orbis*.

Durante os 60 anos de dominação espanhola este complexo de superioridade sucumbiu e o povo português contraiu um seu oposto: o segundo complexo sebastianista acima delineado.

A exploração colonial das possessões ultramarinas, que restavam do Império, funcionou mais como fuga aos problemas da metrópole do que como procura de meios para os resolver.

Primeiro, o «ciclo brasileiro». E após os esplendores que o ouro emprestou à

monarquia absolutista, é a própria soberania do Estado que, fugindo à ameaça francesa e espanhola, abandona a metrópole e se refugia na lonjura atlântica do Brasil. E esta fuga precipitou, pondo termo ao primeiro ciclo colonial de 180 anos, a independência do Brasil.

Encetou-se, então, o «ciclo africano». Conseguindo alguma industrialização, dando – já no século XX e após a Segunda Guerra Mundial – as contrapartidas das matérias-primas e do mercado aos países da e os suportes geoestratégicos do Atlântico à NATO, subtraindo-se aos riscos da beligerância e à dominação económica do Plano Marshall, Portugal tentou construir-se, «orgulhosamente só» e contra as correntes da história, como Estado euro-africano, na vã expectativa de uma impossível involução histórica. Ao fim de 150 anos, as colónias africanas tornam-se Estados independentes e Portugal queda-se reduzido ao seu território continental e insular.

A conjuntura histórica impele à integração na CEE e na NATO como no seu natural espaço geoestratégico. Neste espaço, o Estado português possui uma inconfundível personalidade, definida pela sua territorialidade continental e insular, rica de potencialidades euro-atlânticas, e pelo seu currículo histórico que o habilita ao exercício das funções de matriz civilizacional em relação aos países de língua portuguesa. E não lhe faltam estímulos à rápida actualização cultural, científica e tecnológica, ao reordenamento económico, à racionalização e à regionalização, à concorrência e à participação internacional. Nem lhe escasseiam solicitações de cooperação na formação de quadros superiores de alguns países.

Mas eis que se agitam de novo os avatares sebastianistas, preconizando a estratégia do isolamento, na mira da construção de um «Estado arquipelágico» em que o próprio território continental se transformaria em ilha. Este seria, como acima disse, o comportamento mais específico do complexo sebastianista, na presente conjuntura histórica do Estado português. Mas seria também, e por essa mesma conaturalidade, a mais perigosa das decisões estratégicas. A que novo «ciclo» daria ela início?

NOTAS

¹ Francisco de Sales Loureiro, D. *Sebastião e A/cácer-Quibir*, in «História de Portugal», dirigida por José Hermano Saraiva, Publicações Alfa, v.II, p. 532, col. 2

² *Ibidem*, p. 538, col. 1. Sales Loureiro elabora uma bem documentada reabilitação da personalidade e do reinado de D. Sebastião evidenciando a carência de fundamentação histórica para a imagem patológica e a incompetência governativa que lhes deu em geral a historiografia.

³ *Ensaio*, II, sobre história de Portugal, 2.^a ed., Sá da Costa, 1978, p. 381.

⁴ *Ibidem*, p. 382.

⁵ António Machado Pires, D. *Sebastião e o Encoberto*, Estudo e Antologia, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 65-78. Desta obra, utilíssima pelo estudo histórico e pela antologia, me socorri como texto de referência global do tema desta minha reflexão.

⁶ C. R. Boxer, *O Império colonial português*, trad. de Inês Silva Duarte, Edições 70, Lisboa, 1969, p.410.

⁷ *Ibidem*, pp. 411s.

⁸ *O Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*, Publi. D. Quixote, Lisboa, 1982. p.23.

⁹ *Ibidem*, p. 20.

¹⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹¹ *Idem*.

¹² *Ibidem*, p. 24.

¹³ *Ibidem*, p. 389.

¹⁴ *Ibidem*, 24.

¹⁵ *Ibidem*, 25.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 24.

¹⁹ «Identidade e memória, o caso português», in *Conflict and Change in Portugal, 1974-1984*, III International Meeting on Modern Portugal, Durham, New Hampshire, Editorial Teorema, Lisboa, 1985, pp. 17-22.

²⁰ *Labirinto da Saudade*, p. 22, e *Identidade e Memória*, p. 18, respectivamente.

²¹ *Identidade e Memória*, p. 19.

²² *Portugal perante a Revolução de Espanha*, in «Prosas sócio-políticas», publicadas e apresentadas por Joel Serrão, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982, p. 241.

²³ *Cartas de Antero de Quental*, Coimbra, 1921, pp. 6-7.

²⁴ *Prosas Sócio-Políticas*, ed. cit., p. 449.

²⁵ *Discurso lido na sessão de 7 de Março da Liga Patriótica do Norte* etc. in O. C., pp. 456s.

²⁶ José Bruno Carreiro, *Antero de Quental*, subsídios para sua biografia, vol. II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Livraria Moraes, Lisboa, 1948, p. 210.

²⁷ *Cartas de Antero de Quental*, ed. cit., pp. 3 e 4.

²⁸ In *Prosas sócio-políticas*, ed. cit., p. 206.

²⁹ José Bruno Carreiro, O. C., p. 213.

³⁰ In *Prosas sócio-políticas*, ed. cit., p. 214.

³¹ P. Miguel de Oliveira, *História da Igreja União*, Gráfica, Lisboa, 1938, p. 259.

³² Paul Hazard, *O pensamento europeu no século XVIII*, vol. II, Editorial Presença, 1974, pp. 263s.

³³ *Ibidem*, p. 199.

³⁴ Machado Pires, *Ibidem*, pp. 190s.

³⁵ José Pedro, *Fátima e a Conversão da Rússia*, Angra do Heroísmo, 1950, pág. 46 e 86 s.

³⁶ Maria Danilewicz Zielinska, *Un Drame Romantique inconnu: Don Sebastien de Portugal* par Alexandre Przewdziecki, in «Antemurale» XXVI, Roma, 1982/1983.

³⁷ *Ensaio*, VII, p. 208.